CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

"PALMAS PARA MULHERES MIL" EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A PARTICIPAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS PALMAS

"PALMS FOR WOMEN THOUSAND" IN QUILOMBOLAS COMMUNITIES AND THE PARTICIPATION OF THE FEDERAL INSTITUTE OF PARANÁ – CAMPUS PALMAS

"PALMAS PARA MUJERES MIL" EN COMUNIDADES QUILOMBOLAS Y LA PARTICIPACIÓN DEL INSTITUTO FEDERAL DEL PARANÁ – CAMPUS PALMAS

***Marcia Beraldo Lagos*[1] *Maria de Lourdes Bernardt*[2]**

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo apresentar resultados da pesquisa realizada com mulheres moradoras da Comunidade Quilombola, por intermédio da participação destas no Projeto de Extensão "Palmas para Mulheres Mil" realizados pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas-PR. Este foi embasado no "Programa Nacional Mulheres Mil", com perspectiva de gênero, visando inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Para isso, realizou-se uma pesquisa documental e de campo exploratória. Os dados foram coletados em documentos do MEC/SETEC/IFPR e a partir de entrevistas semi-estruturada com as mulheres, a Coordenação local, a Direção e docentes do Projeto, respectivamente. Os resultados demonstraram que o projeto proporcionou parcialmente a elevação de escolaridade e a autoestima das participantes - mulheres quilombolas.

PALAVRAS-CHAVES: Política Pública; Gênero; Programa Mulheres Mil; Quilombola;

ABSTRACT
The present article aims to present results of the research carried out with women living in the Quilombola Community, through their participation in the Extension Project "Palms for Women Thousand" conducted by the Federal Institute of Paraná - Campus Palmas. This article was based on the "National Program Women Thousand", with a perspective of gender, aiming educational, productive and social inclusion of women in situation of social vulnerability. To this end, a documentary and exploratory field research was carried out. The data were collected in MEC / SETEC / IFPR documents and from semi-structured interviews with the women, Local Coordination, Direction and teachers of the Project, respectively. The results showed that the project partially improved the education level and the self - esteem of the quilombola women involved in the project.

KEYWORDS: Public Policy; Gender; Thousand Women Program; Quilombola;

RESUMEN

[1]Mestre em Desenvolvimento Regional pela UTFPR-Pato Branco. Docente no IFPR- Palmas. e-mail: marcia.lagos@ifpr.edu.br

[2]Doutora em Educação; Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR-Pato Branco. E-mail: marial@utfpr.edu.br

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

El presente artículo tiene como objetivo presentar resultados de la investigación realizada con mujeres viviendas de la Comunidad Quilombola, por intermedio de su participación en el Proyecto de Extensión "Palmas para Mujeres Mil" realizadas por el Instituto Federal de Paraná - Campus Palmas-PR. Este fue basado en el "Programa Nacional Mujeres Mil", con perspectiva de género, visando inclusión educativa, productiva y social de mujeres en situación de vulnerabilidad social. Para ello, se realizó una investigación documental y de campo exploratorio. Los datos fueron recolectados en documentos del MEC / SETEC / IFPR apartir de entrevistas semiestructuradas con las mujeres, la Coordinación local, la Dirección y docentes del Proyecto, respectivamente. Los resultados demostraron que el proyecto proporcionó parcialmente la elevación de escolaridad y la autoestima de las participantes - mujeres quilombolas.

PALABRAS CLAVES: Política Pública; Género; Programa Mujeres Mil; Quilombola;

INTRODUÇÃO

A mulher pobre e negra é bastante vulnerável no contexto socioeconômico brasileiro. Estas mulheres representam um grande percentual da população e apresentam condições de vida mais adversas na sociedade brasileira, que são gerados por diversos fatores, tais como: discriminação social, dificuldade de mobilidade social das pessoas negras, dificuldade de acesso à formação e qualificação profissional e a precariedade da inserção no mundo de trabalho. A pesquisa que deu origem a esse artigo teve como foco analisar a participação do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas no Programa Nacional de inclusão social por intermédio do Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”.

Este Projeto de Extensão configura-se como apoio à política pública Programa Nacional Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, estruturado para atender essencialmente mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social independentemente de cor, raça, credo e etnia. O grupo de participantes da primeira edição do referido Projeto constitui-se, em grande parte por mulheres moradoras da Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, localizada no munícipio de Palmas-PR.

Ao contextualizar a problemática desta política pública com perspectiva de gênero, procuramos destacar a relevância deste estudo por ser um Projeto regional que busca contemplar gênero e etnia e que está presente em todo o estado brasileiro, sendo os Institutos Federais os principais órgãos executores. Tendo como referência a

pesquisa realizada sobre a participação do IFPR – Campus Palmas nesta política pública, este artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada com mulheres moradoras da Comunidade Quilombola, por intermédio da participação no Projeto de Extensão "Palmas para Mulheres Mil" realizados pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas-PR, assim como, evidenciar a experiência do referido Projeto de Extensão no Instituto Federal do Paraná. Neste sentido, a pesquisa caracterizou-se como de campo exploratória, cujo objetivo foi trazer familiaridade ao problema, proporcionando uma visão geral do objeto de pesquisa.

Diante deste contexto, os dados foram coletados através de questionário socioeconômico, questionário de avaliação do projeto e entrevista semi-estruturada. Com a finalidade de caracterizar o perfil das alunas bem como os impactos em curto prazo no seu cotidiano profissional e pessoal, analisamos os dados do questionário socioeconômico das 37 mulheres que concluíram o projeto. O questionário de avaliação do projeto foi respondido por 18 participantes, em relação a entrevista semi-estruturada, entrevistamos 12 mulheres selecionadas aleatoriamente. Além das mulheres participantes do projeto foi entrevistado a Coordenação Local do Projeto, a Direção Geral e a Direção de Ensino do Instituto Federal do Paraná objetivando compreender a participação do IFPR para o desenvolvimento do referido Projeto, assim como, três professores que ministraram oficinas no Projeto com o intuito de refletir sobre a prática docente em um Projeto de Extensão voltado para um público não tradicional.

À luz do exposto acima, este artigo encontra-se disposto da seguinte forma: no primeiro momento contextualiza-se o cenário em que aparecem os primeiros estudos sobre políticas públicas no Brasil, cujo processo de democratização, iniciado na década de 1980, possibilitou a emergência de novos atores nas arenas políticas e a legitimação destes, é o caso das mulheres e dos quilombolas, seguido de um debate em torno dos aspectos conceituais da questão de gênero e quilombo, com o objetivo de compreender o contexto no qual foi elaborada a política pública Mulheres Mil. No segundo momento apresentam-se informações gerais sobre IFPR – Campus Palmas e a sua localização, a Comunidade Quilombola local onde residem as alunas do referido Projeto. No terceiro

momento apresenta-se o Projeto de Extensão, foco deste estudo, "Palmas para Mulheres Mil" e os resultados alcançados pelo mesmo seguido pelas considerações finais.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 Conceitos e Contextos

Os primeiros trabalhos científicos sobre políticas públicas são realizados no final da ditadura militar, na transição para a redemocratização, isto é, no final da década de 1970 até a metade dos anos 1980, (COSTA, 2012). Ainda na década de 1980 é promulgada a Constituição Brasileira de 1988, vigente até os dias atuais, que incorpora a promessa política de construir e manter uma democracia sustentável. É neste cenário político, de construção de um novo modelo de democratização, que emergem novos atores sociais na arena de disputa dos problemas sociais, (COSTA, 2012). As políticas setoriais[3] deste período ganham novos olhares, isto é, os estudos passam a ter como principal preocupação a compreensão destas para propor novas alternativas a fim de pensar o novo desenho institucional. Estes estudos apontam para a necessidade de reformar o Estado, no sentido de garantir o acesso a serviços e à participação política dos "novos" atores sociais, principalmente os que sempre estiveram à margem das políticas setoriais e econômicas, tendo como estratégia institucional promover o enfrentamento da dívida social do Brasil para com seus cidadãos, (HOCHMAN, 2007).

Neste contexto político, na década de 1990, é que nascem os primeiros estudos sobre as políticas públicas. Segundo Teixeira (2002), podemos definir política pública como:

> [...] um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do

[3] Políticas setoriais são responsáveis por garantir os direitos sociais assegurados na Constituição de 1988. SCHMIDT (2008)

> grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. (TEIXEIRA, 2002, pag.05)

Esta definição, embora nos remeta à ideia de governo, está diretamente ligada ao cotidiano das pessoas envolvidas em entidades representativas de diversos segmentos sociais ou produtivos, de âmbito não governamental. As análises de políticas públicas passam a ser examinadas a partir das suas relações com as instituições políticas, e com isto aferindo-se a capacidade de afetar as estratégias dos atores e as tomadas de decisões. É neste campo de disputa que emerge a questão de gênero, alvo de discussões, debates e propostas, (COSTA, 2012). No caso da questão de gênero, a sociedade brasileira foi a primeira a reconhecer as dificuldades das mulheres, com o surgimento de movimentos feminista, legitimando assim determinadas reivindicações.

A formulação das políticas públicas ocorre numa arena de disputas, negociações entre gestores e grupos sociais interessados, pois é o momento de definição sobre o melhor modo de solucionar o problema político, pois envolvem escolha de estratégias a serem usados. Souza (2006) considera o processo de elaboração de política pública como sendo o caminho através do qual os governos traduzem seus propósitos em ações, que objetiva produzir resultados ou mudanças no mundo real. Seguindo este raciocínio Schmidt (2008) complementa que a formulação de uma política compreende o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas, bem como atribuições de responsabilidades, concretizando assim em Planos ou Programas, os quais surgem os projetos que se desdobram em ações. Nesta perspectiva, as políticas públicas não são vistas como programas de setores em conformidade com as necessidades do Estado. Elas devem estar interligadas a partir da construção das instituições e processos políticos, que devem estar intimamente ligados às questões que regem a sociedade.

1.2 Política Pública: o desafio de contemplar gênero e etnia (Quilombolas)

A educação formal, como instrumento de políticas públicas voltadas para as mulheres em situação de pobreza constitui um eixo de análise para as relações de gênero

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

considerando a noção de empoderamento[4], como estratégia de desenvolvimento. Esta estratégia não necessariamente se traduz em crescimento econômico, mas num processo mais amplo e abrangente, no qual diversos atores sociais têm papel importante.

Segundo Farah (2004, p.132), o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1996, destaca no Brasil a feminização da pobreza, chamando a atenção para a disparidade salarial e para a situação particularmente vulnerável das mulheres chefes de família. Com base na noção de feminização da pobreza, o Banco Mundial recomendou a focalização de políticas de combate à pobreza e também produziu um documento, intitulado *"Rumo a Igualdade de Gênero"*, que analisa o papel das políticas públicas na redução das desigualdades de gênero.

A proposta de focalização baseia-se no argumento de que esta garantirá maior eficiência às políticas de combate à pobreza: a atenção privilegiada às mulheres – seja por seu papel na família, seja por sua presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja ainda pela presença significativa de mulheres entre a população pobre – terá impacto na sociedade como um todo. Essa proposta esteve presente na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, ocorrida em Pequim em 1995. Com base no diagnóstico de que as mulheres dos países em desenvolvimento foram as mais atingidas pela intensificação da pobreza dos anos 1980, em decorrência da recessão prolongada e dos programas de ajuste, recomendou-se a criação de programas de apoio à mulheres (acesso a crédito e geração de emprego e renda).

A partir desta consideração fundamenta-se a incorporação de gênero nas políticas públicas como categoria analítica e dimensão do empoderamento como estratégia do desenvolvimento humano. O referencial teórico de gênero que orientou este estudo é a definição proposta por Scott (1995), o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Nesta acepção, a questão de gênero também é vista como uma categoria analítica onde as desigualdades entre homens e

[4] Empoderamento: O termo é um anglicanismo que significa obtenção, alargamento ou reforço de poder. Na concepção de Paulo Freire o empoderamento envolve um processo de conscientização, a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica. (BAQUERO, 2012)

mulheres foram construídas historicamente, criando normas, costumes e práticas, reforçando atitudes e comportamentos socialmente vividos numa cultura machista, patriarcal e racista que precisa ser transformada com a construção de novos valores que incluam respeito às diferenças e valorizem as relações de igualdade e oportunidade entre os seres humanos.

De acordo com Rodrigues (2004), a atuação dos Movimentos Feministas, juntamente com as conquistas em âmbito internacional, foi fundamental para impulsionar políticas públicas para as mulheres no país. Segundo a autora, um dos caminhos mais eficazes para se enfrentar as desigualdades e as discriminações vivenciadas pelas mulheres, em particular pelas mulheres negras, indígenas, trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas, portadoras de necessidades especiais, jovens e idosas, entre outras, é a implantação de políticas públicas com perspectiva de gênero. A concepção de gênero de Scott (1995) permite distinguir ações para mulheres e ações com perspectiva de gênero. A primeira é dirigida exclusivamente ao público feminino, reforça a ideia de que a reprodução e a diferença sexual explicam as diferenças sociais, mas, sem questionar as relações à hegemonia de gênero. Enquanto que as políticas com perspectiva de gênero centram nas relações socialmente construídas entre homens e mulheres, que perpetuam tanto no individual quanto no coletivo (OSÓRIO HERNANDEZ, 2009).

O desafio de contemplar questões de gênero e etnia na elaboração de políticas públicas tem diversas implicações, porque estes temas carregam várias interpretações acerca das ideias envolvidas, tais como raça e conceito de quilombo, daí a dificuldade dos formuladores e gestores de políticas públicas. O processo deste debate origina uma arena pública de disputa conceitual e política, não só de etnia, mas também de igualdade e equidade (RODRIGUES, 2010). Compreender as definições básicas conceituais de quilombo, assim como o contexto em que a temática se insere, é importante para perceber melhor a mulher quilombola e a construção da sua identidade neste contexto de implantação de políticas públicas no município de Palmas. O debate em torno do conceito de quilombos surge com mais vigor após a promulgação da Constituição de 1988. No cenário mundial o debate aos direitos sociais, direitos humanos e direito a

diferença ganham destaques. Assim, a política brasileira abre espaço através do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT de 1988, para questões relativas à cidadania e a desigualdade social e racial no Brasil.

> Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 173)

Leite (2010) considera que o que está em jogo neste ADCT no art.68, é que o Estado Brasileiro está em dívida com os afrodescendentes. Neste sentido, as políticas étnicas buscam dar conta dos direitos sociais destas comunidades. Questionar o porquê deste direito estar inscrito nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, pois naquele período da promulgação da Constituição de 1988 a ideia de quilombo estava centrada naquele de Palmares[5], como sendo: um reduto de negros fugitivos do período escravocrata. Portanto, as poucas comunidades que iriam surgir, seriam tituladas e cessaria, assim, essa política de reconhecimento. Mas isto não aconteceu, muito pelo contrário, assistimos o surgimento de inúmeros grupos que reivindicam sua singularidade étnica, historicamente oprimida e muitas vezes expropriada da terra que ocupavam tradicionalmente, (ARRUTI, 2009). As políticas étnicas voltadas para as comunidades remanescentes de quilombolas centram-se na posse da terra e na regularização fundiária. A luta pela titulação da terra extrapola o limite da terra enquanto espaço físico envolve processo pelos quais as comunidades tentam preservar seus modos de vida, traços culturais, pertencimento, ou seja, é preciso de outras políticas para dar conta destas reivindicações.

Arruti (2009 p.84), enfatiza ainda que há uma tendência de que os quilombolas sejam pensados pela política fundiária, como coletividade diferenciada e territorialidades, e que as demais políticas concebam como agregados de indivíduos

[5] Em 1740, o conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e não achem pilões nele. Esta caracterização descritiva perpetua-se como definição clássica de quilombo e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 70. (SCHMITT, 2002 p.2)

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

desfavorecidos no que concerne ao acesso aos recursos, entre elas, as políticas públicas em geral.

Neste contexto, a política pública Mulheres Mil é uma política para mulheres, com a pretensão de alterar as relações de poder socialmente constituídas na sociedade, promover a autonomia econômica e social, ou seja, contempla a perspectiva de gênero.

2 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - IFPR

2.1 O Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas e a Comunidade Quilombola

O Instituto Federal (IF) é um novo modelo institucional de educação que representa a expressão de um momento atual. Um política pública de educação profissional e tecnológica brasileira. Assim, os IF's são desafiados a desempenhar vários papéis impulsionados pela demanda cientifica, técnica e social, passando a desempenhar outras funções que repercutem no seu perfil acadêmico e institucional. Num contexto de mudanças sociais, econômicas e políticas é que foi criado os Institutos Federais de Educação, promovendo expectativas no campo da educação profissional e tecnológica. A Lei n^0 11.892 de 29 de dezembro de 2008 cria oficialmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

No Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, a busca pela qualidade no ensino e a interação com a sociedade são alguns dos desafios dessa instituição. É na relação entre ensino, pesquisa e extensão que os Institutos Federais buscam ações que permitam cumprir alguns dos seus objetivos. As ações devem possibilitar o desenvolvimento e aprimoramento de programas e projetos de extensão com relevância social, isto é, por meio das atividades de extensão os institutos estão construindo uma relação baseada no diálogo com a comunidade. O IFPR, através da extensão está buscando responder às demandas da população local no contexto que está inserido, oportunizando um espaço privilegiado de acesso aos saberes produzidos, ao mesmo tempo que procura reconhecer os saberes populares e de senso comum e assim, aprender

com a comunidade, consequentemente produzindo novos conhecimentos a partir desta troca que contribui para a superação de desigualdades sociais.

O Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas está localizado no município de Palmas-PR, na região do Centro-Sul paranaense, conta com aproximadamente 45 mil habitantes. Foi durante muito tempo o mais importante polo de ensino superior desta região e do sudoeste paranaense. Segundo dados do Índice Gini, Palmas é a 9ª cidade do Paraná com maior desigualdade socioeconômica, apresentando índice de 0,66. Embora não estejam entre as cidades que compõem as quatro regiões dos territórios da cidadania[6], a incidência de pobreza é superior a muitas outras cidades do Paraná, abrangendo 50,20 % da população, localizada na região periférica da cidade.

No bairro São Sebastião do Rocio está localizada uma das Comunidades Quilombola, onde reside a maioria das alunas do Projeto de Extensão "Palmas para Mulheres Mil'. De acordo com o Programa Brasil Quilombola[7], o Governo Federal até 2002 havia identificado a existência de 743 quilombos em todo o estado brasileiro. No Paraná foram identificadas 86 Comunidades Remanescentes de Quilombos, sendo 36 já reconhecidas pela Fundação Cultural dos Palmares, dessas 3 estão localizadas no município de Palmas – PR, a saber: Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, Comunidade Castorina Maria da Conceição, ambas certificadas pela Fundação Cultural dos Palmares e, Comunidade Tobias Ferreira que está em processo de certificação desde 2012.

O cenário das famílias quilombolas do município de Palmas-PR é semelhante ademais famílias quilombolas do estado brasileiro. De acordo com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (2007), a maioria das Comunidades Quilombolas estão localizadas em áreas rurais e, menos da metade das famílias encontram-se cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais e as que possuem cadastro, em média 74,73% vivem em extrema pobreza. No município de

[6] O território da cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial.

[7] Programa Brasil Quilombola: criado em 2004, com o objetivo de consolidar o marco da política de Estado para as áreas quilombolas. (BRASIL, 2007)

Palmas são 8.029 famílias cadastradas, 144 são famílias quilombolas e dessas, 83 são beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF, (2014).

A Comunidade fundou a Associação Quilombola em 2007 com o nome Adelaide Maria Trindade Batista em homenagem à ex-escrava e também uma das primeiras moradoras deste local. Nesta comunidade a ex-escrava teve um papel importante na sua organização desde a sua fundação. A liderança da comunidade foi exercida por uma mulher começando por Adelaide Maria Trindade Batista, "[...] a mais velha matriarca da comunidade, todo mundo dava obediência a ela [...]"(LÍDER DA COMUNIDADE, entrevistada em 2013) e chegando até a penúltima líder da comunidade Maria Arlete Ferreira, cujo filho hoje é o presidente. No entanto, Dona Maria Arlete ainda continua se dedicando à coordenação e à representação da comunidade. Através da Associação a comunidade tem-se organizado para reivindicações de melhorias para a população e também nos últimos anos conseguido certa visibilidade diante no município.

Diante desse cenário, a política pública Mulheres Mil foi desenvolvida no âmbito do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, na forma de Projeto de Extensão, de caráter multidisciplinar visando apoiar o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade social e combater as diversas formas de desigualdade e discriminação.

3 O PROJETO DE EXTENSÃO "PALMAS PARA MULHERES MIL" E OS RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1 O Programa Nacional Mulheres Mil

O Programa Nacional Mulheres Mil teve seu início a partir da Cooperação Internacional Brasil – Canadá, Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade. Com o término dessa cooperação em 2011, o referido Programa foi instituído pela Portaria n^0 1.015 de 21 de julho de 2011 e integra as ações do Plano Brasil sem Miséria, instituído pelo Decreto n^0 7.492 de 2 de julho de 2011, assumindo como princípios a inclusão social e redução das desigualdades sociais. Estava inserido

em um conjunto de prioridades de políticas públicas do Governo Brasileiro, sendo que no âmbito internacional, deveria contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimentos do Milênio promulgada pela Organização das Nações Unidas em 2000 e aprovada por 191 países membros das Nações Unidas. Este Programa trouxe o desafio de atender mulheres de diversas idades, em situação de vulnerabilidade econômica e social, com baixa escolaridade e à margem do mundo do trabalho, sendo esta uma realidade presente em todo o estado brasileiro.

Entre 2007 e 2011 na região Norte e Nordeste do Brasil foram desenvolvidos 13 projeto pilotos, cujas atividades estavam voltadas para a construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso, a permanência e o êxito das alunas no processo educacional, na formação e inserção no mundo de trabalho. A Metodologia Sistema de Acesso, Permanência e Êxito[8] foi desenvolvida para acolher mulheres que se encontram em diversos contextos de marginalização e vulnerabilidade social.

Considera-se acesso um conjunto de serviços, métodos e sistemáticas de aproximação, compreensão e diálogo com a comunidade, que possibilite o processo de inclusão de populações não tradicionais nas instituições educacionais. A permanência e êxito consistem em um conjunto de ações, serviços, métodos e sistemáticas de caráter multidisciplinares direcionadas à oferta educacional e ao atendimento socioeconômico das participantes, pautado em um processo planejado, articulado e integrado, capaz de favorecer e fomentar o desenvolvimento integral e sustentável das alunas, de seus familiares e das comunidades em que vivem.

Essa metodologia foi concebida e estruturada a partir dos conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* canadenses em suas experiências de promoção da equidade, de atendimento às populações desfavorecidas. O sistema canadense é denominado Sistema de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia - ARAP consiste em certificar todas as aprendizagens formais ou não formais,

[8] Metodologia Sistema de Acesso, Permanência e Êxito é fruto de um processo de construção, que tem sua origem no acúmulo e na sistematização de conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* canadenses em suas experiências de promoção da equidade e nas ações com populações desfavorecidas naquele país. (GUIA METODOLÓGICO, 2011 p.4)

bem como proporcionar a qualificação nas áreas necessárias à complementação da qualificação. No Brasil, o Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, além de prever o reconhecimento de saberes ao longo da vida, contempla instrumentos e mecanismos de acolhimento de populações não tradicionais, que viabilizem o acesso à formação profissional e cidadã, com elevação de escolaridade, inserção produtiva e mobilidade no mundo do trabalho, acompanhamento dos egressos e impactos gerados na família e na comunidade.

Com o objetivo inicial de promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas, em sua formulação, o Programa Nacional Mulheres Mil foi estruturado tendo como base três eixos fundamentais: a educação, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

No eixo educação o planejamento dos cursos é flexível, mas deve ter por base a demanda do setor produtivo local e manter um caráter complementar em relação à educação básica devendo-se prever a elevação de escolaridade. No que diz respeito à cidadania, a exclusão feminina foi construída histórica e socialmente, e o grande desafio das mulheres e das políticas públicas com perspectiva de gênero é a construção de novas propostas que vão contra aos modelos de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres. Essas políticas reforçam a cidadania ativa das mulheres. Segundo Saraceno (1995), a cidadania ativa pressupõe a participação das pessoas como indivíduos ou como grupo organizado nos processos decisórios, para se organizar na reivindicação de direitos sociais, econômicos e culturais. Neste sentido, o Programa Nacional Mulheres Mil busca neste processo a emancipação dessas mulheres, que cientes de seus direitos e capacidades, possam tornar-se sujeitos ativos na construção de um novo itinerário de vida, galgando espaços cada vez maiores na sociedade e nas comunidades onde estão inseridas.

Quanto ao desenvolvimento sustentável, o conceito tal como é conhecido hoje, surgiu no final do século XX, para traduzir várias ideias e preocupações relacionadas aos efeitos que colocam em risco o planeta advindo do crescimento econômico historicamente confundido com desenvolvimento econômico. As mulheres transitam por diferentes espaços e se relacionam de maneira diversa com o meio ambiente. Assim,

na elaboração da política pública Mulheres Mil, as mulheres configuram-se como o centro das ações. Neste sentido, em sua formulação, a educação aliada à formação profissional e tecnológica deve consolidar-se como instrumento para inclusão social, equidade e desenvolvimento sustentável das comunidades onde estão inseridas.

Com o êxito da experiência nas regiões brasileiras já mencionadas, o Programa foi expandido para todo o território nacional. Com a proposta de aliar educação e trabalho, visando à diminuição de problemas sociais em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, o Programa possibilita que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania[9], tenham formação educacional, profissional e tecnológica, que permita a elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade.

Visando à construção de caminhos para fortalecer e expandir as pontes criadas entre comunidades, institutos e sociedade, que em 2009 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC assumiu como meta a expansão do Mulheres Mil para outras regiões do país, objetivando a sua transformação em uma política pública a ser implantada em todos os Institutos Federais do país, ampliando a oferta para as mulheres de todas as regiões do Brasil.

3.2 "Palmas para Mulheres Mil" – o projeto de extensão

O enfrentamento da pobreza é um dos objetivos que a maioria das políticas públicas busca alcançar, tais políticas visam ações que contribuam para retirar da condição de vulnerabilidade social milhões de brasileiros. Neste cenário, o Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas teve o Projeto de Extensão "Palmas para Mulheres

[9] Território da Cidadania – O Programa Territórios da Cidadania, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, constituído por regiões com características semelhantes. http://www.territoriosdacidadania.goc.br/dotlm/clubs/territriorurais/one-community acessado em 30/09/2013.

Mil", aprovado pelo MEC/SETEC, em 2011, como apoio a política pública Mulheres Mil do governo federal. Adaptado para a realidade da cidade de Palmas-PR, cujo objetivo maior é de aliar a educação ao trabalho, visando à diminuição de problemas sociais em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano.

Para a sua execução o referido Projeto de Extensão no IFPR foi gerenciado pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação, sendo que a Coordenação Local tem autonomia para a elaboração da grade curricular. Contudo, nela deve constar um módulo de aprendizagem que compreende a formação geral e um módulo de qualificação que compreende a formação profissional. Como o grupo de mulheres era bastante heterogêneo, abrangendo mulheres acima de 18 anos e com baixa escolaridade, a ação educacional proposta contemplou oficinas de linguagens e ciências da natureza e oficinas específicas para capacitar as alunas profissionalmente, permitindo o seu ingresso e permanência no mundo do trabalho, (BRASIL, 2011 p. 4).

As atividades desenvolvidas no espaço do Campus aconteceram no período da tarde em dois encontros semanais de 4h (quatro horas) cada, durante um ano. Nos encontros aconteciam as rodas de conversa, vivência (ação-reflexão-ação), um momento de partilha do que estava acontecendo com elas ao longo do projeto. No intervalo dos encontros, as participantes foram assistidas por bolsistas, conforme as necessidades de aprendizagem das mesmas, sendo que no itinerário formativo foram realizadas ações para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de empregabilidade e, consequente, para o acesso ao mundo do trabalho.

É neste cenário que na próxima sessão os resultados deste estudo serão apresentados, partindo do princípio que a relação trabalho e educação têm um papel muito importante na vida das pessoas, como formação e promoção dos seus direitos e como o meio de sustento e de realizações.

3.3 "Palmas para Mulheres Mil": resultados alcançados

No Projeto de Extensão estudado verificou-se que a participação das alunas se deu por meio de convite de alguma amiga e/ou pela liderança da Comunidade, isto é,

quase não houve procura através do Edital lançado pela instituição, ou seja, nota-se o reflexo da falta de acesso à informação em que essas mulheres se encontram.

Através dos dados coletados no questionário sócio econômico foi traçado o perfil das alunas, sendo que, 21 (vinte e uma) delas possuem mais de 50 anos, 2 (duas) de 42 a 49 anos, 7 (sete) encontram-se na faixa etária de 34 aos 41 anos, 5 (cinco) possuem entre 26 e 33 anos e 2 (duas) estão na faixa etária de 18 a 25 anos, isto é, as alunas atendem um dos critérios de seleção do Projeto, e menos da metade delas são jovens e encontram-se em idade economicamente ativa. Constatou-se que 7 (sete) das alunas possuem ensino médio completo e 2 (duas) ensino médio incompleto, 5 (cinco) possuem ensino fundamental completo, 21 (vinte e uma) possuem o ensino fundamental incompleto e 2 (duas) são analfabetas. A baixa escolarização das alunas está associada ao fato das mesmas serem quilombolas, um grupo historicamente excluído, conforme revela o depoimento.

> [...] Os negros não podiam estudar junto com os brancos, minha avó contava que os negros que tinham condições, contratavam um professor para vir na casa ensinar ... depois com o tempo os negros já podiam estudar,..., mas tinha preconceito,... os brancos não queriam chegar perto dos negros [...]. (LÍDER DA COMUNIDADE, 24/05/2013).

Este também é o perfil da Comunidade Quilombola que está localizada neste município onde os primeiros grupos escolares datam de 1913 e em 1968 foi o ano de instalação e autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FAFI. Ou seja, a educação formal era apenas para uma determinada parcela da sociedade.

Em relação ao trabalho, metades das alunas não estavam trabalhando na época do projeto. Com a baixa escolaridade e falta de qualificação essas mulheres estavam fora do mundo do trabalho e/ou em trabalhos informais com baixa remuneração e que necessitam de pouca qualificação. Constatamos também que 21 (vinte e uma) das mulheres eram casadas e 17 (dezessete) das alunas possuíam em média um filho, o que mostra uma nova geração da sociedade brasileira. Mesmo sendo casada a expectativa inicial da maioria das alunas consistia em conseguir um emprego e auxiliar no sustento da família, pois 19 (dezenove) tinham renda mensal familiar de até um salário mínimo,

16 (dezesseis) de até dois salários mínimos e 2 (duas) até três salários mínimos. Durante o projeto as alunas tiveram um auxílio financeiro de R$ 100,00 (cem reais) mensais, que para muitas serviu para complementar a renda familiar, pois esse valor seria o equivalente que muitas ganhariam trabalhando de diaristas, salientou a Direção de Ensino.

Quanto aos resultados alcançados pelo Projeto, verificamos que o mesmo atendeu algumas expectativas das alunas. Quando questionadas sobre a mudança de comportamento, as falas expressam a motivação de estarem aprendendo um ofício, da seriedade com que as oficinas foram realizadas, do sonho de ter voltado a estudar, da troca de experiências entre professores e alunas e entre alunas e alunas.

> "[...] o que me surpreendeu foi o de culinária, eu aprendi coisas assim de cardápio que eu não sabia os aproveitamentos". (ALUNA C, 10/09/2013)
> "[...] a panificação, a gente fez panetone no Natal, até vendemos bastante, porque o negócio funciona mesmo". (ALUNA A, 02/07/2013)
> "[...] eu sempre tive um sonho, acho que esse curso tem que incentivar mesmo que estude [...] é poucas horas na noite e tu vai eliminando matéria e vai voltando a tua mente as coisas que já estavam mortas" (ALUNA D, 28/06/2013).

As falas demonstram que as pequenas mudanças ocorridas no dia a dia foram importantes para elas, tanto em nível pessoal como coletivo. Em relação à inclusão social e profissional, examinamos as falas de algumas alunas e percebemos que elas sentem-se mais incluídas socialmente, isto é, em espaços que antes nem tinham sonhado frequentar, como por exemplo, o caso do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas e que através do projeto puderam circular pelos corredores sentindo que fazem parte deste local, no entanto, o mesmo não ocorre na questão profissional.

> "[...] não conhecia lá, fica assim, que aquilo é um paredão que não é para ti, daí você começa a participar, você vê que não está fechada para aquilo ali". (ALUNA D, 28/06/2013)
> "[...] eu nasci e me criei aqui e nunca tinha entrado lá; eu gostei e tenho saudade, eu nunca que iria ter o conhecimento de conhecer a universidade". (ALUNA C, 10/09/2013)

Por outro lado, o mesmo não aconteceu em relação à inclusão profissional, somente algumas alunas que já estavam trabalhando conseguiram algum tipo de promoção devido a participação no Projeto de Extensão.

> "[...] estava trabalhando na limpeza da prefeitura e com o Certificado fui promovida para trabalhar na cozinha". (ALUNA J, 01/07/2013)
> "[...] não estou trabalhando, mais assim que terminar meus estudos, eu estou pretendo pegar esse diploma lá pelo ano que vem e montar um negócio, a minha cabeça já está boa para isso". (ALUNA D, 28/06/2013).
> [...] eu tinha o conhecimento de artesanato mais não tinha o Certificado e através do Projeto consegui pegar aulas de artesanato aqui na Escola Quilombola no projeto que tem para os alunos da comunidade; surgiu a oportunidade através do SESC para dar aula de pintura. (ALUNA A, 02/07/2013).

Quanto à avaliação do projeto, percebe-se nas falas das alunas que o Projeto não conseguiu atender plenamente suas expectativas, no entanto a avaliação foi positiva. Isto pode estar relacionado ao fato de que as oficinas que trabalharam temáticas como: o papel da mulher na sociedade, autoestima, relações pessoais e direitos da mulher, desenvolveram atividades que tiraram as alunas da posição de acomodação, mesmo que momentaneamente, e puderam refletir sobre a situação em que se encontram e fizeram compreender que essa exclusão do mundo de trabalho, da sociedade, etc, também é culpa do estado.

Em relação aos docentes, constatamos que a inserção deles no Projeto se deu através de convite por parte da Coordenação local para desenvolverem oficinas. No entanto, houve um diferencial em relação a outros trabalhos já realizados no Instituto Federal do Paraná por tratar-se de um público muito carente, com características próprias, pela configuração social e econômica. Um professor destacou o comportamento submisso da maioria das alunas, uma característica muito presente nas mulheres que participaram desta primeira edição, possível reflexo do sentimento de inferioridade.

Os docentes apontaram como um dos pontos positivos do Projeto a mudança de postura pessoal e profissional pela oportunidade de trabalharem com um público muito carente e a possibilidade de repensar o papel das instituições de ensino que também devem estar à disposição da comunidade local. Quanto ao ponto negativo, destacamos a dificuldade que algumas mães tinham para participar, pois muitas vezes traziam os filhos pequenos consigo, interferindo nas atividades. Isto é, a educação não consegue atingir a todos, pois essas mães, também são as mesmas que não têm como trabalhar

para contribuir com a renda da família, por não conseguirem vagas nas escolas de educação infantil e que se submetem a empregos na maioria informais.

Em relação à Coordenação do Projeto, à Direção Geral e Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPR- Campus Palmas foram unânimes em destacar a mudança na realidade do Campus, pois o comprometimento dos docentes e servidores com o Projeto foi muito grande, por desenvolverem ações com mulheres carentes em vários aspectos, cujos resultados são possíveis de serem percebidos durante o desenvolvimento do Projeto. Uma das missões do Projeto era a redução dos índices da violência doméstica. Segundo relatos, algumas alunas conseguiram sair da condição de violência que viviam em seus lares com o companheiro, isto é, em termos de extensão é um dos Projetos que mais mexeu com a sensibilidade dos docentes e servidores, salientou a Direção. Destacou-se ainda que o Projeto, além de atender prioritariamente mulheres o tratamento de questões étnicas também foi importante. Observou-se que a Comunidade Quilombola é bem organizada, porém extremamente carente. A organização que existe no bairro hoje faz dessas pessoas, que antes eram altamente excluídas, sentirem-se mais valorizadas e reforça que ser quilombola associada à condição feminina as empodera, salienta a Direção. A questão quilombola, que por muito tempo foi tratada como condição de inferioridade, hoje, com as diversas políticas sociais voltadas para esses grupos, é redimensionada. Ser quilombola, é visto como um privilégio e por isso sentiam felizes por participarem no Projeto de Extensão.

Também houve dificuldades de diversas ordens, desde a organização da turma, permanência das alunas no referido Projeto até o transporte delas no Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, pois este se localiza afastado do centro da cidade. Segundo a coordenação do projeto,

> [...] elas chegam inibidas, muito retraídas, são mulheres sofridas que têm um histórico de coisas trágicas, de miséria, mais algumas têm uma trajetória mais tranquila, ou seja, têm que trabalhar, mais não têm privações enquanto outras têm muitas privações. (COORDENAÇÃO DO PROJETO, 08/05/2013)

Além das dificuldades relatadas, a estrutura do Projeto também foi bastante pontuada, pois este estava dentro de uma lógica de instituições que já estavam atuando

há muito tempo, isto é, os materiais licitados muitas vezes não chegavam em tempo hábil para que as oficinas fossem ofertadas, sendo necessário improvisar, o que comprometeu a qualidade das oficinas.

Diante do exposto, tanto a Coordenação quanto a Direção afirmam que o projeto contribuiu com a mudança da visão extensionista dos professores, proporcionou a convivência das alunas com um ambiente de cultura científica. Ressaltaram ainda que, o conhecimento pode ultrapassar os portões e chegar até as comunidades, no entanto, as dificuldades de um estado burocrático como o nosso é um impedimento para o êxito do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade de inserção no mundo do trabalho está presente em boa parte da população, no entanto, quando consideramos as questões de gênero, idade e etnia este fato fica mais acentuado em determinados grupos. Constatamos que no caso das mulheres oriundas da Comunidade Quilombola de Palmas – PR, essas dificuldades estão presentes.

O Projeto proporcionou parcialmente a elevação de escolaridade e da autoestima, uma melhor relação na família e com a comunidade, além de iniciar uma reflexão sobre o seu papel da mulher na sociedade. A experiência vivenciada pelas mulheres teve um significado maior nos aspectos pessoais, que vão além da qualificação e do aprendizado profissional. Isto demonstra o quanto nós vivemos numa sociedade desigual, que questões de pequeno alcance podem ter grande importância e se sobressaem muito mais do que a escolarização e a inserção no mundo de trabalho. Isto revela o quanto às mulheres gostariam de serem vistas, ouvidas, sentirem-se aceitas e, não serem responsabilizadas pela situação em que vivem.

No entanto, com as mudanças proporcionadas pelo projeto, observou-se que o mesmo não conseguiu inserir essas mulheres no mundo do trabalho. Pois nos relatos delas, percebe-se que as alunas que estavam trabalhando durante o projeto permaneceram e poucas conseguiram serem de fato (re) inseridas no mundo do trabalho.

Tendo em vista que, um dos principais objetivos desta política pública era contribuir para o alcance da Meta do Milênio, que era a erradicação da pobreza.

Observou-se ainda que a própria estrutura do projeto contribuiu para que os objetivos não fossem alcançados na sua plenitude. A qualificação se deu em módulos, tanto para a parte básica como para a específica, isto é, reproduz uma característica de cursos rápidos, que servem mais para cumprir metas do governo. Neste sentido, estudos anteriores foram realizados, no estado do Sergipe (OLIVEIRA, 2013) e no estado de Tocantins (BRAGA, 2011), assim como, no IFPR – Campus Palmas, os resultados apontam para a mesma direção. Isto é, há uma distância considerável entre o que está previsto, os resultados alcançados e a realidade em que as mulheres se encontram.

As desigualdades de gênero são históricas, assim a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que visam à inclusão no mundo do trabalho e elevação da renda, precisam levar esses elementos em consideração. Em relação às participantes da Comunidade Quilombola ainda tem outros elementos históricos como o preconceito e o racismo, o que é um obstáculo a mais no processo de inclusão.

Conclui-se que, mesmo não alcançando resultados impactantes em nível social, educacional, econômico e cultural, este projeto é uma "pequenina" parte do caminho rumo à inclusão social e profissional. Embora incipiente, mas de maneira efetiva, o projeto conseguiu alterar alguns padrões de comportamento e atitudes das mulheres desta primeira edição.

Não tivemos como pretensão finalizar o diálogo desta temática, mas de contribuir para uma reflexão acerca da participação do IFPR – Campus Palmas, em uma política pública com perspectiva de gênero e no caso de Palmas-Pr de etnia, pois as mulheres constituem um grupo que está em desvantagem, seja no mundo do trabalho, nas instâncias de decisão, na vulnerabilidade à violência doméstica e no acúmulo de atividades não remuneradas.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. **Políticas Públicas para Quilombos: terra, saúde e educação.** In. PAULA, Marilene; HERINGER, Rosana. (Org.) Caminhos Convergentes

- Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil. Ed 1. Vol. 1, 75-110. RJ Fund. Henrich Boll, Action Aid, 2009.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. **Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? – uma discussão conceitual.** Revista Debates, Porto Alegre, v.6, n.1, p.173-187, 2012. Disponível: http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099. Acessado em 13/11/2013.

BRAGA, Ana Carolina Falcão. **Projeto Mulheres Mil e Gênero: comercialização das pequenas produções das mulheres no setor Santa Bárbara em Palmas – TO**, Dissertação na Universidade Federal Rural do RJ, curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2011 77f. Seropédica-RJ. Disponível: http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/dissertacao/Ana%20Carolina%20Falcao%20Braga.pdf. Acessado em 10/05/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Mulheres Mil: do sonha à realidade.** Org. Stela Rosa – Brasília: Ministério da Educação, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Nacional Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2011.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível: https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf Acesso em: 25/02/2014

COSTA, Marli Marlene Moraes, PORTO, Rosane Teresinha Carvalho. **A Transversalidade das Políticas Públicas de Gênero: Um Caminho para Efetivação dos Direitos Sociais da Mulher**. Anais - II Simpósio Internacional de Direito: dimensões materiais e eficácias dos direitos fundamentais. Chapecó, 2012
FARAH, Martha Ferreira dos Santos. **Gênero e Políticas Públicas.** Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 2004.

HOCHMAN, Gilberto. ARRETCHE, Marta. MARQUES, Eduardo **Políticas Públicas no Brasil**. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. v. 1. 398 p.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** Etnográfica, vol. 4 (2), 2000, p.333-354. Disponível: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acessado em: 05/11/2013.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: Interfaces com a Educação e o Trabalho.** Dissertação da Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2013 157 f. São Cristovão-SE. Disponível: http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1465. Acessado em16/02/2014.

OSÓRIO, Hernandez Carmem. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais?** 2009 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – UFRS, Porto Alegre – RS, 2009.

RODRIGUES, Almira. **Participação Política das Mulheres e Gestão em Política de Gênero.** Centro Feminista de Estudos e Assessoria- CFEMEA, Brasília, Ed. UnB, 2004. http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1575:participacao-politica-das-mulheres-e-gestao-em-politica-de-genero. Acessado em: 20/12/2013.

SARACENO, Chiara. **A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de Gênero e Cidadania**. In: BONACHHI, Gabriella; GROPPI, Angela. (Org). O dilema da Cidadania. Unesp. São Paulo, 1995, p. 205-234

SCHMIDT, João Pedro. **Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos**. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta. (Org.) Direitos Sociais e Políticas Públicas: Desafios Contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008 p.2307-2333

SCOTT, Joan **Gênero: uma categoria útil de análise histórico**. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20 n.2, 1995 Disponível: https://archive.org/details/scott_gender. Acessado em: 19/12/2013.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Revista AATR, 2002. Disponível: http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-. Acesso em: 29/06/2012